



VODAFONE M-PESA, S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



m-pesa

Relatório do Presidente

O ano de 2020, caracterizou-se por um início lento, com grande incerteza nas pessoas, nos negócios e na economia no geral, causada pela pandemia da COVID-19, nas empresas e na economia em geral. As restrições associadas ao Estado de Emergência e posterior Estado de Calamidade Pública, resultaram na redução dos negócios, visto que lojas e mercados encerravam mais cedo, com movimento condicionado de modo a conter a propagação do vírus.

Durante esses tempos difíceis para a sociedade, a nossa prioridade era continuar a fornecer o nosso leque completo de serviços aos nossos clientes com segurança e sem interrupções. Com o objectivo de garantir a segurança dos nossos agentes, clientes e público em geral, distribuímos *kits* de lavagem das mãos a todos os agentes espalhados pelo país. Esta iniciativa, está alinhada com as recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS) - a lavagem regular das mãos contribui para a redução da disseminação do vírus. As medidas preventivas estendem-se a todos os nossos colaboradores de escritório e de campo, que são activamente incentivados a usar máscaras, a distanciar-se socialmente, a adoptar práticas adequadas de higiene das mãos e a trabalhar remotamente sempre que possível.

A medida que a sociedade, gradualmente, se adaptava ao "novo normal" causado pela pandemia, os nossos clientes, aumentavam o uso de transacções digitais, medida adoptada para evitar o contacto físico e o uso de notas de dinheiro durante as suas actividades do dia-a-dia. Esta mudança de padrão de comportamento nos nossos clientes, fez com que o M-Pesa e os serviços de Carteira Móvel fizessem parte da solução no combate à propagação do vírus.

O M-Pesa foi um participante activo nas iniciativas lideradas pelo Banco Central (Banco de Moçambique) para mitigar o impacto imediato das restrições relacionadas com a COVID-19 no público em geral e encorajou as transacções financeiras digitais, reduzindo as taxas para transacções P2P e interoperabilidade bancária. Todas as transferências P2P até um limite diário de 1.000 MT foram isentas de taxas e as tarifas de interoperabilidade de bancos foram reduzidas pela metade. A iniciativa cobriu aproximadamente 75% das nossas transacções P2P no período, destacando o facto de que esta iniciativa beneficiou a grande maioria de nossa base de clientes. Como resultado das iniciativas atribuímos benefícios directos para os nossos clientes, no valor de 400 milhões de meticais. Os volumes de transacções e a adesão de clientes é um reflexo do facto de termos atingido o objetivo pretendido de incentivar as transacções financeiras digitais e reduzir o contacto físico por meio das transacções em notas físicas.

Não obstante aos desafios enfrentados globalmente como resultado da pandemia, registou-se um aumento da demanda dos nossos produtos e serviços, que ditaram o incremento da nossa receita em 22% YoY (Ano a Ano) e o lucro antes de impostos em 1%.

O crescimento da receita não se traduziu directamente num aumento igual no lucro antes dos impostos por uma série de razões:

- O negócio teve que manter e continuar a expandir a rede de agentes nas diferentes em difíceis condições logísticas;
- Necessidade de suportar os custos dos nossos sistemas e plataformas para lidar com o crescimento dos volumes de transacções, resultantes do impacto da redução das tarifas P2P e das transacções de interoperabilidade bancária;
- Outras actividades empreendidas para combater e mitigar o impacto da pandemia da Covid-19.

Principais lançamentos de produtos durante 2020

O M-Pesa continua a ser um parceiro fundamental na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira do Governo de Moçambique para o período 2016-2022. O ano em análise, observou um incremento de 500.000 moçambicanos que adoptaram o M-Pesa; tendo deste modo acesso aos serviços financeiros que outrora não podiam beneficiar-se. Olhamos para a jornada de inclusão financeira com um sentido de responsabilidade, de forma a enriquecer continuamente o nosso ecossistema, permitindo que todos os moçambicanos beneficiem de produtos e serviços financeiros anteriormente acessíveis aos que têm um banco formal. A inovação contínua e as vastas parcerias em geral com a indústria são os ingredientes-chave dessa jornada. Isto não parou, apesar das dificuldades do ano, que incluíram trabalho remoto para a maioria do nosso pessoal baseado em escritórios. Conseguimos concretizar as seguintes iniciativas:

- PayIZI - Em parceria com o Millennium BIM: este produto permite expandir os nossos canais de pagamento a outras redes de aquisição de comerciantes permitindo aos clientes M-Pesa pagar com M-Pesa em todo o lado;
- Serviços de interoperabilidade (serviços de banco para carteira móvel) – Implementado com o FNB e banco Único durante o mês de Junho 2020 e Moza Banco durante o mês de Dezembro 2020;
- Xitique – foram feitas melhorias ao serviço para dar mais flexibilidade ao cliente na selecção de modos de contribuição adicionais.

Nossa rede de agentes

A inclusão financeira efectiva não pode ser alcançada sem uma rede de agentes firme e responsiva para executar e atender o cliente à forma eficaz. Conseguimos aumentar nossos agentes activos à 30 dias para 38.200, representando um crescimento de 22% versus o ano anterior. Durante 2020, criámos valor para os nossos agentes no valor de 1,4 mil milhões de MT em comissões pagas. Com as comissões médias pagas por agente a aumentar para 54 mil MT face a 41 mil MT no ano anterior - o que constituiu um benefício material para as famílias moçambicanas apoiadas pelos nossos agentes tendo em conta que esse valor médio se compara ao salário mínimo médio em 2020. O nosso objectivo continua a ser o de promover parcerias "win-win" e contribuir para a capacitação de nossos agentes por meio de renda adicional para apoiar seus diferentes empreendimentos e meios de subsistência.

Nossa força está no nosso capital humano

O objectivo geral da Empresa é alcançar mais de 40% de colaboradores do género feminino até 2025. Um desafio especial foi colocado as nossas equipas de Tecnologia para aumentar seus esforços no recrutamento de candidatas do género feminino para as funções de Tecnologia. Actividades patrocinadas pela companhia por meio de sua empresa-mãe VM, SA, como "Code-like-a-girl", ajudaram a consciencializar aos jovens do género feminino de que elas também podem participar e desempenhar funções em áreas anteriormente dominadas por seus colaboradores do género masculino. Actualmente, a distribuição de colaboradores do género masculino vs feminino em toda a organização é ilustrada abaixo:

	Contra- tados	Colabo- radores	Supervi- sores/ Gestores	Gestores Seniores
Masculino	63%	84%	72%	60%
Feminino	37%	16%	28%	40%

Alinhado com o regulamento do governo e da OMS no âmbito do combate à pandemia, encorajamos as nossas equipas a trabalharem remotamente à partir de casa, e reduzimos o contacto físico entre as equipas que permaneceram nos escritórios. Garantimos que os colaboradores tivessem as ferramentas relevantes para desempenharem as suas funções de forma efectiva. Onde foi necessário, a Empresa adquiriu *laptops*, cadeiras ou mesas para garantir o bem-estar dos colaboradores no desempenho das suas actividades. Ainda no mesmo âmbito, foi criada uma equipa médica, dedicada para auxiliar todos os nossos funcionários no caso de serem infectados pela COVID-19 e precisem de assistência médica.

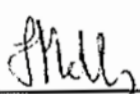
Principais indicadores financeiros

Os principais indicadores financeiros da Empresa são mostrados abaixo:

	2020	2019	%Var
Resultados Financeiros			
Receitas	5 344 845	4 374 628	22%
EBITDA	1 361 741	1 232 272	10%
Lucro antes do imposto	1 366 384	1 354 003	1%
Lucro depois do imposto	923 698	895 463	3%
Cliente activos ('000)	4 805	4 311	11%
Transacções por cliente activo por mês	18,49	15,46	22%
Posição financeira			
Fundos fiduciários	5 226 976	3 407 416	53%
Total de Activos	7 796 512	5 444 567	43%
Capital próprio	4 761 261	3 022 769	58%
Rácios			
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	73,80%	59,70%	14,1pp
Rendibilidade do Activo (ROA)	24,80%	15,70%	9,1pp
Custo de Renda	60,70%	52,20%	-8,5pp
Rácio de Solvabilidade	24%	33%	-9,0pp

Os resultados sólidos são impulsionados por um aumento de clientes activos em 11% para 4.805.172 e uma Receita Média por Cliente (ARPU) de 132 Mt representando um aumento de 36%. Um total de 632 bilhões de meticais foi transaccionado nos nossos sistemas comparativamente aos 429 bilhões durante o exercício anterior. Mais informações sobre as actividades, o desempenho e a situação financeira da Empresa são apresentadas nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas.

Estamos entusiasmados com o futuro e utilizaremos o poder da tecnologia na democratização dos serviços financeiros básicos. O nosso objectivo é conectar a todos no cumprimento da nossa visão de impulsionar a inclusão financeira em todo Moçambique.



Jerry Mobbs

Presidente do Conselho de Administração



Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Rua dos Desportistas, 833
Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955
Tel: +258 21430594
Tel: +258 20600100
contact@deloitte.co.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da

Vodafone M-Pesa, S.A.

Senhores Accionistas,

Nos termos do Artigo 157 do Código Comercial da República de Moçambique, vem o Fiscal Único da **VODAFONE M-PESA, S.A.** apresentar o relatório da sua actividade de fiscalização desenvolvida no decurso do exercício, assim como o parecer sobre as demonstrações financeiras anuais respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, a proposta de aplicação de resultados e o relatório da administração.

Relatório

1. No exercício das suas funções, o Fiscal Único reuniu, sempre que entendeu necessário, com os membros do Conselho de Administração e outros colaboradores.
2. No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração de resultados e outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, bem como o relatório de gestão preparado pelo Conselho de Administração e o relatório do auditor externo ERNST & YOUNG, LDA, onde vem expresso a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.
3. Através do contacto regular que mantivemos com os membros do Conselho de Administração e outros colaboradores, obtivemos a informação considerada relevante para o desempenho das nossas funções, incluindo a informação relativa aos impactos da pandemia COVID-19.
4. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, acompanhamos, com o detalhe considerado adequado às circunstâncias, a actividade da empresa, o que nos permitiu formar o parecer que abaixo expressamos.

1



Directors: X Botha, M Jarvis, J Machado
Associate of Deloitte Africa, a Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

Parecer

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas:

- O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro 2020 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais e estatutárias aplicáveis; e
- O Fiscal Único recomenda que a Assembleia Geral aprove as contas relativas ao exercício de 2020, o relatório do Conselho de Administração assim como a proposta de aplicação de resultados.

Cabe-nos também expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da empresa pelo apoio prestado ao exercício das nossas funções, manifestando-lhes ainda apreço pelo esforço e empenho manifestados ao longo do exercício sujeito à nossa actividade fiscalizadora.

Maputo, 20 de Maio de 2021



(Assinado por Zacaria Fakir em representação da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)

Na qualidade de Fiscal Único da **Vodafone M-Pesa, S.A.**

2

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III Balanco - Contas Individuais (Activo)

(valores em milhares de MZN)

Rubricas	Activo	Dezembro 2020			Dez - 2019
		Notas / Quadros anexos	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		1,926,282	1,926,282	1,409,337
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		5,226,976	5,226,976	3,407,416
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda				
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito				
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes				
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade				
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra				
21	Derivados de cobertura				
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda				
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento				
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		181,990	181,990	133,300
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		239,653	239,653	332,836
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
300	Activos por impostos correntes				
301	Activos por impostos diferidos		7,096	7,096	-
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos		214,516	214,516	161,678
	Total de activos		7,796,513	7,796,513	5,444,567

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III Balanco - Contas Individuais (Passivo)

(valores em milhares de MZN)

Rubricas	Passivo	Notas	Dezembro 2020	Dezembro 2019
			Ano	Ano Anterior
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais			
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação			
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito			
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		4,761,261	3,022,769
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Derivados de cobertura			
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas			
47	Provisões			
490	Passivos por impostos correntes			
491	Passivos por impostos diferidos			8,142
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		446,578	748,680
	Total de Passivo		5,207,839	3,779,591
	Capital			
55	Capital		1,422,949	1,422,949
602	Prémios de emissão			
57	Outros instrumentos de capital			
- 56	(Acções próprias)			
58 + 59	Reservas de reavaliação			
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		1,165,725	242,127
64	Resultado do exercício			
- 63	(Dividendos antecipados)			
	Total de Capital		2,588,674	1,665,076
	Total de Passivo + Capital		7,796,513	5,444,667

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV Demonstração de Resultados - Contas Individuais

(valores em milhares de MZN)

Rubricas	Passivo	Notas	Dezembro 2020	Dezembro 2019
			Ano	Ano Anterior
79 + 80	Juros e rendimentos similares		-	-
66 + 67	Juros e encargos similares		-	-
	Margem financeira		-	-
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		5,344,845	4,374,628
68	Encargos com serviços e comissões		(2,725,475)	(2,227,094)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial			
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos			
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		203,347	248,854
	Produto bancário		2,822,717	2,396,388
70	Custos com pessoal		(488,055)	(350,155)
71	Gastos gerais administrativos		(769,594)	(565,107)
77	Amortizações do exercício		(198,704)	(127,123)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações			
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		1,366,384	1,354,003
	Impostos			
65	Correntes		442,656	458,540
74 - 86	Diferidos			
640	Resultados após impostos		923,698	895,463
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Relatório dos Administradores

Os Administradores têm o prazer de apresentar o presente relatório, o qual faz parte das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

1. Natureza do Negócio

A Vodafone M-Pesa, S.A. (a Empresa) tem como objectivo a emissão de meios de pagamento sob a forma de moeda electrónica, bem como a prestação de serviços de transacção directamente com os seus clientes para a emissão de um montante electrónico em troca da recepção de fundos equivalentes.

A Sociedade poderá igualmente prestar serviços financeiros e serviços não financeiros estritamente relacionados com a emissão de moeda electrónica, nomeadamente a gestão de moeda electrónica através da realização de funções operacionais e outras funções acessórias ligadas à sua emissão, bem como exercer actividades referentes ao armazenamento de dados em formato electrónico em nome de outras entidades.

2. Revisão de actividades e resultado

O réditto do exercício foi de 5,344,845 milhares de meticais (2019: 4.374.628 milhares de Meticais) e o lucro antes do imposto foi de 1,366,384 milhares de Meticais (2019: 1.354.003 milhares de Meticais).

Informações adicionais sobre a actividade, desempenho e posição financeira da Empresa são apresentadas nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

3. Dividendos e distribuição de lucros

Não foram declarados dividendos ordinários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

4. Capital Social

Não foram declarados dividendos ordinários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Total de acções autorizadas até à data:

	Participação %	
	2020	2019
VM, S.A.	99,9996 %	99,9996 %
Mobile Wallet VM 1	0,0002 %	0,0002 %
Mobile Wallet VM 2	0,0002 %	0,0002 %
	100,00 %	100,00 %

- » VM, S.A. - 56.917.761 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
- » *Mobile Wallet VM 1* - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
- » *Mobile Wallet VM 2* - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.

Total de acções emitidas e totalmente realizadas (pagas) até à data:

- » VM, S.A. - 56.917.761 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
- » *Mobile Wallet VM 1* - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.
- » *Mobile Wallet VM 2* - 100 acções ordinárias, valorizadas ao par, de 25 meticais por acção.

5. Eventos após à data do balanço

O Conselho de Administração não tem conhecimento de qualquer outra matéria ou circunstância ocorrida desde 31 de Dezembro de 2020, que não tenha sido abordada nas demonstrações financeiras, e que tenha afectado significativamente a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2020 bem como os resultados das suas operações

6. Entidade que detém o controlo da empresa e entidades quem detém o controlo do grupo

A empresa é detida pela VM, S.A. que é uma subsidiária da Vodacom International Limited (Maurícia). A última empresa detentora é a Vodafone Company Plc, que foi constituída e está domiciliada no Reino Unido.

7. Conselho de Administração e Secretariado

Os movimentos ocorridos no conselho de administração e secretariado da empresa durante o ano em análise foram:

	Em exercício 01/01/2020	Rescisões	Em exercício 31/12/2020
Administradores			
Jerry Mobbs (¥) (Presidente)	01/01/2020	-	31/12/2020
Christopher Curtis (¥)	01/01/2020	-	31/12/2020
Gulamo Nabi (ϕ)	01/01/2020	-	31/12/2020
Kenneth Gomado (Ø)	01/01/2020	-	31/12/2020
Lan Nguyen**	01/01/2020	-	31/12/2020
Secretária			
Lara Narcy (□)	01/01/2020	-	31/12/2020

**A nomeação de Lan Nguyen está pendente pela aprovação do Banco de Moçambique

Nacionalidade

- Moçambicana
- Britânica
- Ganesa
- Vietnamita

8. Sede Social e Endereço Postal

Sede Social:	Edifício Vodacom Rua dos Desportistas, N° 649 Maputo Moçambique	Endereço Postal: Edifício Vodacom Rua dos Desportistas, N° 649 Maputo Moçambique
---------------------	--	--

9. País de constituição

A Empresa foi constituída na República de Moçambique.

10. Auditores

A nomeação da Ernst & Young Lda como os novos auditores da Vodafone M-Pesa, S.A. foi aprovada pelo Banco Central em 23 de Setembro de 2020.

11. Aplicação de resultados

É de parecer que a Assembleia Geral delibere incorporar os resultados líquidos positivos de 923,698 MTS observados no exercício económico de 2020 de 277,109 MT nas reservas legais, 643,517 MT nos resultados transitados e 3,072 MT em outras reservas.

Declaração de Responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da Vodafone M-Pesa, S.A. que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, e a demonstração de resultados e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno que determinem necessário para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, seja devidas a fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

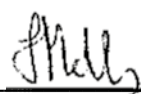
Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da empresa continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do negócio poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais da Vodafone M-Pesa, S.A., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Abril de 2021 e vão assinadas em seu nome por:



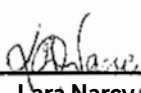
Christopher Curtis
Administrador



Jerry Mobbs
Presidente do Conselho de Administração

Certificado do Secretariado da Empresa

Na minha qualidade de Secretária da Empresa, confirmo que, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, a Empresa apresentou junto do Registo de Sociedades todas as declarações exigidas nos termos da legislação relevante para Empresa e que todas as declarações são verdadeiras, correctas e actualizadas.



Lara Narcy
Secretária



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Para os Accionistas da
VODAFONE M-PESA, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras da Vodafone M-Pesa, S.A. ("M-Pesa"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da M-Pesa em 31 de Dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da M-Pesa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da M-Pesa;
- Avallamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da M-Pesa em continuarem as suas operações. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a M-Pesa descontinue as operações;

Outras matérias

As Demonstrações Financeiras da Vodafone M-Pesa, S.A. relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2019, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas Demonstrações Financeiras em 15 de Junho de 2020.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela "Outra informação", a "Outra informação" compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não cobre a "Outra informação" e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa "Outra informação".

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da "Outra informação" e, em consequência, considerar se essa "Outra informação" é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta "Outra informação", exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a M-Pesa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista sendo fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da M-Pesa.

Avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma e a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo quaisquer deficiências de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.
Sociedade de Auditores Certificados
(representada por:

Eduardo Jorge Creio Da Costa Caldas (Auditor Certificado Nº 333)

Maputo, 20 de Maio de 2021



(valores em milhares de MZN)

Demonstração de resultados e outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020	Notas	2020	2019
Rendimento de serviços e comissões	2	5,344,845	4,374,628
Gastos com serviços e comissões	2	(2,725,475)	(2,227,094)
Rendimento líquido de serviços e comissões		2,619,370	2,147,534
Custos com o pessoal	3	(488,035)	(350,155)
Custos com publicidade	4	(79,592)	(147,103)
Custos gerais e administrativos	5	(690,002)	(418,004)
Depreciação e Amortização	11,12,13	(198,704)	(127,123)
Rendimento financeiro	6	209,231	253,734
Custo financeiro		(5,884)	(4,880)
Lucro antes do imposto	7	1,366,384	1,354,003
Imposto sobre o rendimento		(442,686)	(458,540)
Resultado líquido do exercício		923,698	895,463

(valores em milhares de MZN)

Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020	Notas	2020	2019
Activos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1,926,282	1,409,337
Fundos restritos	9	5,226,976	3,407,416
Outros activos	10	214,516	161,678
Activos intangíveis	11	210,186	283,116
Propriedade e equipamento	12	181,990	133,300
Activos de direito de uso	13	29,467	49,720
Activos por impostos correntes	7.2	7,095	-
Total de activos		7,796,512	5,444,567
Capital próprio e passivos			
Capital próprio			
Capital social	18.1	1,422,949	1,422,949
Reserva legal	18.2	411,428	134,319
Outra reserva	18.3	308,082	305,010
Perda acumulada		446,215	(197,302)
Total do capital próprio		2,588,674	1,664,976
Passivos			
Recursos de clientes	14	4,761,261	3,022,769
Outros passivos	15	178,735	410,769
Provisões	16	93,709	527
Passivo de locação	13	34,402	47,159
Passivos por impostos correntes	7.3	139,731	290,752
Passivos por impostos diferidos		-	8,142
Total de passivos		5,207,838	3,779,591
Total do capital próprio e passivos		7,796,512	5,444,567

(valores em milhares de MZN)

Demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020	Capital social	Reserva legal	Outra reserva	Ganhos(Perdas) acumulada	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	1,422,949	-	133,471	(786,907)	769,513
Lucro do exercício	-	-	-	895,463	895,463
Transferência para a reserva legal	-	134,319	-	(134,319)	-
Transferência para outra reserva	-	-	171,539	(171,539)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1,422,949	134,319	305,010	(197,302)	1,664,976
Lucro do exercício	-	-	-	923,698	923,698
Transferência para a reserva legal	-	138,555	-	(138,555)	-
Transferência para Outra reserva	-	-	143,347	(143,347)	-
Utilização	-	-	(140,275)	140,275	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1,422,949	272,874	308,082	584,769	2,588,674

(valores em milhares de MZN)

Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro 2020	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucros após imposto		923,698	895,463
Ajustamentos de:			
Depreciação e Amortização		198,704	127,123
Juros e rendimentos similares		(209,231)	(253,734)
Juro e gastos similares		5,884	4,880
Imposto		442,686	458,540
		1,361,741	1,232,272
Variações em:			
Fundos restritos		(1,819,560)	(981,207)
Recursos de clientes		1,738,492	762,558
Outros activos		(52,838)	(102,077)
Outros passivos		(138,324)	(1,700,464)
		1,089,511	(788,918)
Juros recebidos		209,231	253,734
Juros pagos		(5,884)	(4,880)
Imposto pago		(608,855)	(35,948)
Caixa líquido (usado em) /gerado de actividades operacionais		684,002	(576,012)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos intangíveis	11	(60,923)	(134,857)
Aquisição de propriedade e equipamento	12	(94,028)	(6,845)
Fluxo de caixa líquido usado em actividades de investimento		(154,951)	(111,740)
Actividades de financiamento			
Receitas da emissão do capital social		-	-
Reembolso do empréstimo de intercompanhias		-	-
Pagamento dos passivos de locação		(12,107)	(6,815)
Caixa líquido usado em actividades de financiamento		(12,107)	(6,815)
(Diminuição)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		516,945	(724,529)
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de Janeiro		1,409,337	2,133,866
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de Dezembro		1,926,282	1,409,337

I. Entidade relatora

A Vodafone M-Pesa, S.A. (Empresa) está registada na Conservatória do Registo Comercial, sob o número 10035526, na República de Moçambique. A Empresa foi constituída em 16 de Janeiro de 2013, sob a forma de uma instituição de crédito, conforme exigido pela legislação local, e é regulada pelo Banco de Moçambique. A Empresa foi constituída com três accionistas e tem a VM, S.A. como accionista maioritário, com uma participação de 99,98% no capital social.

II. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Vodafone M-Pesa, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("NIRF") emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade ("IASB").

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 para emissão em 20 de Abril de 2021

III. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é também a moeda funcional da Empresa. Todos os montantes são arredondados para o milhar mais próximo do Metical, excepto quando indicado em contrário.

IV. Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração efectuou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados de activos, passivos, réditos e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas prospectivamente

Pressupostos e incertezas de estimativa

A informação sobre os pressupostos e incertezas das estimativas em 31 de Dezembro de 2020 que têm um risco significativo de resultar em um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos no próximo exercício financeiro é apresentada a seguir:

Vidas úteis e valores residuais de propriedade e equipamento e Activos intangíveis

Os itens de propriedade, instalações e equipamento e activos intangíveis são depreciados durante a sua vida útil tendo em conta os valores residuais, quando apropriado. As vidas úteis e os valores residuais dos activos são avaliados anualmente e podem variar dependendo de um conjunto de factores. Ao avaliar as vidas úteis, são tidos em conta factores como as inovações tecnológicas, os ciclos de vida dos produtos e os programas de manutenção. As avaliações do valor residual consideram questões como as condições futuras do mercado, a vida útil remanescente do activo e os valores de alienação previstos. É também considerada a extensão dos lucros e perdas correntes com a alienação de activos semelhantes.

Consulte a Nota 11 - Activos Intangíveis e a Nota 12 - Propriedade e Equipamento

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo M-Pesa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do M-Pesa sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual pode ser revisto em função do posicionamento e interpretação das Autoridades Fiscais

Consulte a Nota 7 – Impostos sobre o rendimento

V. Alterações nas políticas contabilísticas

Excepto como descrito abaixo, as políticas contabilísticas aplicadas nestas demonstrações financeiras são as mesmas que as aplicadas nas últimas demonstrações financeiras anuais. Algumas contas de demonstrações financeiras de exercícios anteriores foram reclassificadas para corresponderem às classificações do ano corrente para melhorar a comparabilidade, mas tal não resultou em alterações no lucro, capital próprio, total do activo nem total do passivo reportado.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram ajustadas após melhorias feitas ao mapeamento das contas do balancete para as rubricas das demonstrações financeiras, a fim de dar mais clareza e fiabilidade às demonstrações financeiras. Os ajustamentos realizados foram apenas realocações entre rubricas sem impacto na demonstração de resultados.

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

A. Reconhecimento do réditos - Rendimento de serviços e comissões

O réditos é reconhecido à medida que a Empresa presta serviços no âmbito de um contrato, e quando a quantia do réditos pode ser mensurada de forma fiável e é provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa.

As receitas de tarifas e comissões são reconhecidas por um valor que reflecte a contraprestação que a Empresa espera ter direito em troca da prestação do serviço.

As obrigações de desempenho, bem como o momento de sua satisfação, são identificadas e determinadas no início do contrato. Os contratos de receita da Empresa não incluem múltiplas obrigações de desempenho e os Serviços fornecidos onde as obrigações de desempenho da Empresa são satisfeitas em um ponto no tempo são reconhecidas uma vez que o controle dos serviços é transferido para o cliente. Normalmente, isso ocorre na conclusão da transacção ou serviço subjacente ou, para taxas ou componentes de taxas vinculadas a um determinado desempenho, após o cumprimento dos critérios de desempenho correspondentes.

A Empresa geralmente concluiu que é o principal em seus acordos de receita porque normalmente controla os serviços antes de transferir ao cliente todos os seus produtos, excepto todos os pagamentos de serviços (*Paybill*) onde o controle é do real provedor de serviços.

Os produtos de receita primária da Empresa não requerem julgamento ou estimativas significativas ao alocar o preço da transacção para a obrigação de desempenho. Os principais produtos de receita estão listados abaixo; principalmente, obtém receita de receita de transacções de dinheiro e comissões ganhas, que incluem:

- transferências de moeda electrónica entre clientes;
- levantamentos de dinheiro dos clientes nos agentes, em troca de moeda electrónica;
- comissões recebidas pelo fornecimento de plataformas de pagamento, para os clientes de servidores públicos;
- comissões recebidas pela venda de recargas da empresa-mãe, a VM, S.A.;
- Encargos a entidades que prestam serviços de transferência internacional (IMT) para Moçambique;
- Encargos para instituições bancárias para transferências de clientes de bancos para o ecossistema M-Pesa.

B. Juros e rendimentos similares

Os juros são reconhecidos numa base de proporcionalidade de tempo com referência ao valor do capital a receber e a taxa de juro efectiva aplicável.

C. Gastos

As despesas de publicidade e propaganda são reconhecidas à medida que são incorridas. Os custos pré-pagos relacionados com eventos patrocinados são reconhecidos ao longo do período de duração do evento. A compensação relativa à limitação das actividades pós-emprego de um executivo é reconhecida quando incorrida.

C.1 Custos directos - Encargos com serviços e comissões

Os custos directos são compostos por encargos com comissões de transacções bem como despesas de angariação e retenção de clientes e agentes. Os agentes que compõem a rede de distribuição da Empresa são remunerados através de comissões que remuneram o serviço prestado aos clientes. As comissões são incorridas na data de cada transacção realizada pelos clientes, através dos agentes, contribuem directamente para a geração de receitas e são contabilizadas como despesas quando incorridas.

Os custos de angariação e de retenção incorridos pela Empresa para o desenvolvimento e manutenção da rede de agentes são contabilizados como despesa quando incorridos e incluem:

- ✓ Incentivo em dinheiro pago para conectar novos clientes ou para alcançar o tráfego de transacções;
- ✓ Custo de equipamentos para todo *hardware* usado por angariadores e agentes na rede de distribuição;
- ✓ Custos logísticos pagos aos operadores de serviços de transporte e movimentação de *hardware*.

D. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores em numérico e à ordem, valor electrónico, saldos sem restrições detidos com outras instituições financeiras e bancos centrais e activos financeiros de elevada liquidez com maturidades originais iguais ou inferiores a três meses a partir da data de aquisição que estão sujeitos a um risco insignificante de

alteração do seu justo valor e que são usados pela Empresa na gestão dos seus compromissos de curto prazo.

A caixa e equivalentes de caixa são registados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

E. Benefícios dos empregados

Os custos dos benefícios a curto prazo dos empregados, tais como salários, ausências remuneradas, bónus, assistência médica e outras contribuições são reconhecidos durante o período em que os empregados prestam os seus serviços.

F. Instrumentos financeiros

F.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os activos e passivos financeiros, relativamente aos instrumentos financeiros, são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Empresa quando a mesma se torna parte nas disposições contratuais do instrumento.

Todos os activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor, incluindo os custos de transacção.

Os activos financeiros da Empresa são compostos por fundos restritos que representam depósitos efectuados na conta fiduciária por todos os terceiros em troca de moeda electrónica móvel e respectivos juros não aprovados, e caixa e equivalentes de caixa.

Os activos financeiros são reconhecidos e desreconhecidos na data da negociação quando a compra ou venda do activo financeiro está sob contrato cujos termos exigem a entrega do instrumento dentro do prazo estabelecido pelo mercado em questão.

F.2 Classificação e mensuração

A Empresa classifica os seus activos financeiros com base no modelo de negócio da entidade para gerir os activos financeiros e nos termos contratuais dos fluxos de caixa. Com base nesta avaliação, apenas uma categoria de mensuração é aplicável à entidade, sendo os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. Os outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando método de taxa de juro efectiva. Os juros, gastos e similares, e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos resultados.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão do activo e das características dos fluxos de caixa do activo. Existe uma categoria de mensuração na qual a Empresa classifica os seus instrumentos de dívida:

- Custo amortizado: Os activos detidos para cobranças de fluxos de caixa contratuais quando os mesmos representam apenas pagamentos de capital e juros são mensurados ao custo amortizado. Os juros e proveitos similares destes activos financeiros são incluídos nos rendimentos financeiros usando o método da taxa de juro efectiva. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento é reconhecido directamente nos resultados e apresentado em outros ganhos ou perdas em conjunto com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por imparidade são apresentadas como uma rubrica separada na demonstração de resultados.

F.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, então a Empresa avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, então os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados como tendo expirado. Neste caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis. Quaisquer comissões recebidas como parte da modificação são contabilizadas como segue:

- As taxas que são consideradas na determinação do justo valor do novo activo e as taxas que representam o reembolso dos custos de transacção elegíveis são incluídas na mensuração inicial do activo; e
- Outras taxas são incluídas nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda do desreconhecimento.

Se a Empresa planeia modificar um activo financeiro de forma que resulte no cancelamento dos fluxos de caixa, então primeiro considera se uma parte do activo deve ser abatida antes que a modificação ocorra. Esta abordagem tem impacto

no resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são normalmente satisfeitos em tais casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então a Empresa recalcula primeiro a quantia bruta escriturada do activo financeiro usando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como um ganho ou perda de modificação nos resultados. Para activos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou perda de modificação é ajustada para reflectir os termos correntes de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridos e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia bruta escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados durante o prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo seu justo valor. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga é reconhecida nos resultados. A contraprestação paga inclui os activos não financeiros transferidos, caso existam, e o pressuposto dos passivos, incluindo o novo passivo modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como reconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados aos passivos efectivos originais, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou perda de modificação é ajustada para reflectir os termos correntes de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridos são reconhecidos como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizados durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado através de um novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

F.4 Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, a Empresa tem actualmente um direito juridicamente obrigatório de compensar os montantes e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e gastos são apresentados numa base líquida apenas quando permitidos nos termos da NIRF, ou para ganhos e perdas resultantes de um grupo de transacções similares, tais como na actividade comercial da empresa.

F.5 Justo Valor

O "justo valor" é o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração, no princípio ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que a Empresa tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando um está disponível, a Empresa mensura o justo valor de um instrumento usando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é considerado "activo" se as transacções para o activo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informação sobre preços numa base contínua.

Se não houver preços cotados num mercado activo, a empresa usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de *inputs* observáveis relevantes e minimizam o uso de *inputs* não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes no mercado teriam em conta na determinação do preço de uma transacção.

F.6 Imparidade

A Empresa reconhece provisões para perdas de crédito esperadas ("ECL") sobre instrumentos financeiros que não são mensurados ao Justo Valor através de Resultados ("FVTPL").

A Empresa mensura as provisões para perdas num montante igual à Perda de Crédito Esperada ao longo da vida, com excepção das seguintes, para as quais são mensuradas como Perda de Crédito Esperada de 12 meses:

- Títulos de investimento de dívida com baixo risco de crédito na data de reporte (incluindo principalmente depósitos em bancos - Caixa e equivalentes de caixa e Fundos restritos, e Comissões a receber); e
- Outros instrumentos financeiros sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração da Perda de Crédito Esperada

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

Activos financeiros que não apresentam imparidade de crédito à data do relato: como o valor presente de todos os défices de caixa (isto é, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

Activos financeiros em imparidade de crédito

Em cada data de reporte, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito (referida como "Activos financeiros da Fase 3"). Um activo financeiro encontra-se "em imparidade de crédito" quando ocorre um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito incluiu os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do mutuário ou do emitente;
- Uma violação do contrato, tal como um incumprimento ou um evento passado;
- A restrição de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- A probabilidade do mutuário entrar em falência ou outra reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado activo para uma garantia;

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas na demonstração da posição financeira

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- activos financeiros mensurados pelo custo amortizado; como dedução da quantia bruta escriturada dos activos;

Reversão de imparidade

Para activos mensurados ao custo amortizado: se um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade fez com que a quantia da perda por imparidade diminuísse, então a diminuição da perda por imparidade foi revertida através do lucro resultado.

Abate

A Empresa abate um empréstimo ou um título de investimento, parcial ou totalmente, e qualquer provisão para perdas por imparidade relacionada, caso se tenha determinado a inexistência de perspectivas realistas de recuperação.

Este é geralmente o caso em que a Empresa determina que a contraparte não tem activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao abate. Esta avaliação é efectuada ao nível do activo individual.

As recuperações de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas quando o montante é recebido e são incluídas em "perdas por imparidade em instrumentos financeiros" na demonstração de resultados e Outro rendimento integral.

Os activos financeiros que são abatidos poderiam ainda estar sujeitos a actividades coercivas, a fim de cumprir os procedimentos de recuperação de montantes devidos pela Empresa.

G. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação actual jurídica ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que a Empresa seja obrigada a liquidar essa obrigação e que uma estimativa fiável do montante da obrigação possa ser efectuada. As provisões são mensuradas de acordo com a melhor estimativa da Administração quanto aos gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço e são descontadas para o valor presente onde o efeito do valor do dinheiro no tempo é material.

H. Propriedade e equipamento

Reconhecimento e mensuração

Os itens de propriedade e equipamento são mensurados pelo custo deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer depreciações acumuladas bem como de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O *software* adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento associado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se partes significativas de um item de propriedade ou equipamento tiverem vidas úteis diferentes, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) de propriedade e equipamento.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item de propriedade e equipamento são reconhecidos em outros rendimentos nos resultados.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios económicos futuros dos gastos fluam para a Empresa. As reparações e manutenções em curso são efectuadas à medida que são incorridas.

Depreciação

A depreciação é calculada para abater o custo dos itens da propriedade e equipamento menos os seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo da sua vida útil estimada, e é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos. Os activos locados são depreciados ao longo da sua vida útil.

As vidas úteis estimadas dos itens de propriedade e equipamento significativos são as seguintes:

- Edifícios	- 5 anos
- Equipamento	- 3 anos
- Instalações e equipamento	- 7 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos em cada data de relato e ajustados, conforme apropriado.

I. Activos intangíveis

Software

O *software* adquirido pela empresa é mensurado ao custo deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos subsequentes com activos de *software* são apenas capitalizados quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem. Todos os outros gastos são capitalizados à medida que ocorrem. O *software* é amortizado numa base linear nos resultados ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que está disponível para uso. A vida útil estimada do *software* para os períodos corrente e comparativo é de três a cinco anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos em cada data de reporte e ajustados, conforme apropriado.

J. Locações

Como locatário

"Activo de direito de uso" para o item locado e é reconhecido um passivo de locação para qualquer pagamento de locação a ser efectuado durante o prazo da locação à data de início da locação. O activo do direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo, sendo o valor presente dos pagamentos da locação efectuados ou por efectuar, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos no início da locação e menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

Os activos de direito de uso são depreciados numa base linear desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo ou até ao fim do prazo da locação. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente ao locatário no final do prazo da locação ou se o custo do activo do direito de uso reflectir que o locatário irá exercer uma opção de compra, o locatário deve depreciar o activo do direito de uso desde a data de início até ao final da vida útil do activo subjacente. O prazo da locação é o período não cancelável da locação mais quaisquer períodos para os quais a empresa esteja "razoavelmente certa" de exercer qualquer opção de extensão (ver abaixo). A vida útil do activo é determinada de uma forma consistente com as de propriedades, instalações e equipamentos detidos (tal como descrito na nota H). Se os activos do direito de uso forem considerados como estando em imparidade, a quantia escriturada é reduzida correspondentemente.

Os passivos de locação são inicialmente mensurados pelo valor dos pagamentos da locação durante o prazo da locação que não são pagos à data de início e são normalmente descontados usando as taxas de empréstimo incrementais da entidade aplicável (a taxa implícita na locação é usada se for prontamente determinável). Os pagamentos da locação incluídos no passivo de locação incluem tanto pagamentos fixos como pagamentos fixos in-substance durante o prazo da locação.

Após o reconhecimento inicial, o passivo de locação é registado ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma variação num índice ou taxa (por exemplo, um aumento relacionado à inflação) ou se a avaliação da Empresa sobre o prazo da locação muda; qualquer alteração no passivo de locação como resultado destas alterações também resulta numa alteração correspondente no activo do direito de uso registado.

K. Imparidade de activos não financeiros

A cada data do relato, a empresa revê as quantias escrituradas dos seus activos não financeiros de forma a determinar se há indicação de imparidade. Se tal indicação existir, então o valor recuperável do activo é estimado.

Para testar a imparidade, os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera influxos de caixa a partir do uso continuado que é amplamente independente dos influxos de caixa de outros activos ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). A quantia recuperável de um activo ou UGC é o maior do seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e o risco específico do activo ou da UGC.

Uma perda por imparidade é reconhecida se a quantia escriturada de um activo ou UGC exceder a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados. Uma perda por imparidade é revertida apenas na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação e amortização, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

L. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. É reconhecido nos resultados excepto na medida em que se relacione com uma concentração de actividades empresariais, ou itens reconhecidos directamente no capital próprio ou em Outro Rendimento Integral.

Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto que se espera que seja pago ou a receber sobre o rendimento ou perda tributável do exercício e qualquer ajustamento no imposto a pagar ou a receber relativamente a exercícios anteriores. A quantia de imposto corrente a pagar ou a receber é a melhor estimativa da quantia de imposto que se espera que seja paga ou recebida que reflecta a incerteza relacionada aos impostos sobre o rendimento, caso existam. É mensurado usando taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas à data de relato.

Imposto diferido

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não usados, créditos fiscais não usados e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser usados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se a quantia das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer um activo por imposto diferido na sua totalidade, então os lucros tributáveis futuros, ajustados pela reversão das diferenças temporárias existentes, são considerados, com base nos planos de negócios e previsões da Empresa.

Os impostos diferidos activos são revistos a cada data de reporte e reduzidos na medida em que deixe de ser provável que o benefício fiscal correspondente seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumenta.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando estas se revertem, usando as taxas de imposto decretadas ou substancialmente decretadas na data do relato.

M. Novos pronunciamentos contábilísticos

Novos pronunciamentos contábilísticos adoptados após 1 de Janeiro de 2020

A Empresa adopta as seguintes normas, as quais foram emitidas pelo IASB sem impacto material nos seus resultados, na sua posição financeira ou nos seus fluxos de caixa:

- Emendas à IFRS 3: combinação de negócios para clarificar a definição de uma actividade empresarial; e
- Emendas à IAS 1: Apresentação de Demonstrações Financeiras e à IAS 8 Políticas Contábilísticas: Definição de Material;
- Emendas à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relativas à reforma do índice de referência da taxa de juro - Fase 1;
- Estrutura conceptual de relato financeiro emitida em 29 de Março de 2018.

Novos pronunciamentos contábilísticos a adoptar em 1 de Janeiro de 2021

Os seguintes pronunciamentos, emitidos pelo IASB, são efetivos para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2021.

- Emendas à IFRS 16 relacionadas a COVID-19 relacionadas com concessões de aluguel, e
- Emendas à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juros - Fase 2.

A Empresa não se espera que a adoção desses pronunciamentos terá um impacto material em seus resultados, posição financeira ou fluxo de caixa.

Novos pronunciamentos contábilísticos a adoptar em ou após 1 de Janeiro de 2022

Os seguintes pronunciamentos, emitidos pelo IASB, são efetivos para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2022.

O trabalho da Empresa para avaliar o impacto dessas mudanças contábilísticas continua; entretanto, não se espera que as alterações tenham um impacto material na demonstração do resultado consolidada, na demonstração da posição financeira consolidada ou na demonstração do fluxo de caixa consolidado.

- Emendas à IFRS 3 relativas à referência à Estrutura Conceitual;
- Emendas à IAS 16 relacionadas a receitas antes da intenção de uso;
- Alterações à IAS 37 relativas aos custos de cumprimento de um contrato;
- Modificações à IAS 1 relativas à classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; e
- IFRS 17 Contratos de seguro.

2. Resultado líquido de serviços e comissões

	2020	2019
Rendimento de serviços e comissões		
Rendimento de transacções monetárias	4,204,351	3,254,772
Rendimento de comissões	1,140,494	1,119,856
	5,344,845	4,374,628
Gastos com serviços e comissões		
Comissões de transacções pagas	(1,647,758)	(1,374,936)
Custos com serviço dados suplementares não estruturados (USSD)	(1,040,163)	(449,577)
Serviços de Mensagens Curtas (SMS)	-	(367,340)
Comissões de venda	(37,554)	(35,241)
	(2,725,475)	(2,227,094)

3. Custos com o pessoal

	2020	2019
Salários e remunerações	(482,486)	(342,193)
Contribuições para a Segurança Social (INSS)	(5,550)	(7,962)
	(488,035)	(350,155)

O aumento do custo com pessoal foi causado pelo aumento das equipas que gerem as chamadas de apoio ao cliente devido ao aumento de 40% para 51% no trafico das chamadas.

4. Custos com publicidade

	2020	2019
Investimento na mídia	(9,244)	(17,598)
Publicidade Televisão/Cinema	(36,077)	(54,830)
materiais de publicidade	(15,582)	(33,598)
Outras Publicidades	(18,690)	(41,077)
	(79,592)	(147,103)

5. Custos gerais e administrativos

	2020	2019
Custos de viagens	(7,654)	(13,560)
Honorários de auditoria	(2,674)	(2,278)
Taxas de licença da Vodafone	(334,236)	(280,066)
Custos de manutenção de TI	(132,465)	(52,677)
Custos do imposto de selo	(74,944)	(64,064)
Outros	(138,031)	(5,359)
	(690,002)	(418,004)

6. Rendimento Financeiro

	2020	2019
Outros juros de rendimentos similares		
Juros de conta fiduciária	209,231	253,734
	209,231	253,734

7. Impostos sobre o rendimento

7.1 Montantes reconhecidos nos lucros ou prejuízos

Imposto sobre o rendimento

	2020	2019
Imposto corrente	(457,834)	(327,101)
Imposto diferido - uso do activo por imposto diferido	15,148	(131,439)
Total do imposto sobre o rendimento	(442,686)	(458,540)

Reconciliação da taxa de imposto efectiva

	Taxa	2020	Taxa	2019
Lucro antes de imposto		1,366,384		1,354,003
Imposto normal sobre o lucro antes de imposto à taxa legal de Moçambique	32.0%	(437,243)	32.0%	(433,281)
Efeito do imposto sobre os não-dedutíveis:				
Custos de propaganda (marketing)	0.5%	(7,555)	2.0%	(27,669)
Multas e penalizações	0%		0.2%	(3,243)
Outros	0.2%	2,112	0.4%	5,653
	32.7%	(442,686)	34.6%	(458,540)

7.2 Imposto diferido

A empresa usou integralmente os seus activos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020:

	Saldo de impostos diferidos em 1 de Janeiro de 2020	Reconhecido através de Lucros e prejuízos	Saldo do imposto diferido em 31 de Dezembro de 2020
Prejuízos fiscais transitados	-	2,565	5,815
Provisão de bónus	3,250	(26,378)	-11,287
NIRF 16 Passivo de locação	15,091	25,339	9,429
NIRF 16 Rentabilidade dos Activos	(15,910)	11,096	523
Ganhos ou perdas cambiais não realizados	(10,573)	2,615	2,615
Outros			
Saldo em 31 de Dezembro	(8,142)	15,237	7,095

7.3 Passivo por imposto corrente

	2020	2019
Saldo em 1 de Janeiro	290,752	(401)
Imposto corrente	457,834	327,101
Imposto sobre o rendimento pago	(608,855)	(35,948)
Saldo em 31 de Dezembro	139,731	290,752

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Depósitos em outros bancos	1,926,282	1,409,337
	1,926,282	1,409,337

9. Fundos restritos

Os depósitos restritos em bancos comerciais são principalmente representados por "fundos fiduciários", que são os depósitos efectuados na conta fiduciária por todos os terceiros em troca de moeda electrónica móvel e os juros obtidos sobre os resultados do fundo fiduciário que serão usados após a aprovação do "plano de uso" pelo Banco Central. Este numerário é depositado em contas restritas junto de instituições financeiras de renome. Os depósitos restritos em bancos comerciais não estão disponíveis para uso nas operações quotidianas da empresa.

	2020	2019
Depósitos restritos com o Banco Central	467,516	493,826
Caixa restrito com outros bancos	5,226,976	3,407,416

9.1 Reconciliação dos fundos restritos aos depósitos de Clientes

	2020	2019
Caixa	5,226,976	3,407,416
Recursos de clientes	(4,761,261)	(3,022,769)
Acréscimos de rendimentos similares de juros em contas fiduciárias	(465,715)	(384,647)
Juros Brutos Acrescidos	412,878	450,014
Impostos retidos na fonte	(36,132)	(65,367)
Transferências a parties relacionadas	34,560	-
Fundos de ATM em Trânsito	54,409	-
	(5,226,976)	(3,407,416)

Os juros brutos acumulados são incluídos na retenção na fonte sobre os depósitos a prazo nos bancos comerciais. A retenção na fonte aplicada a 20% do rendimento bruto de juros é exigida pelas Autoridades Tributárias.

9.2 Reconciliação com outras reservas

	2020	2019
Saldo de abertura	305,010	133,471
Alocação de juros líquidos	143,347	171,539
Utilização dos juros líquidos	(140,275)	-
Saldo de fecho	308,082	305,010

Juros líquidos no montante de MT181,000 (2019: MT 140,275) aprovados pelo Banco Central foram utilizadas em 31 de Dezembro de 2020 atribuídos ao aumento da capacidade da plataforma G2.

10. Outros activos

	2020	2019
Contas a receber	141,464	17,522
Comissões a receber	64,129	107,091
Imposto sobre o valor acrescentado	7,451	26,414
Outras contas a receber	1,472	10,651
	214,516	161,678

10.1 Reconciliação da Contas a receber

	2020	2019
Antes imparidade	152,080	17,522
Perdas de crédito esperadas		
Estágio 1	(10,616)	-
	141,464	
0 - 30 days	10,623	17,522
31 - 60 days	18,935	
61 - 90 days	94,877	
90+	27,645	
	152,080	17,522

As contas a receber referem-se a valores devidos pela Electricidade da Moçambique pela comissão auferida pela venda de energia eléctrica através dos sistemas M-Pesa.

*150#

Pague Salários com M-Pesa e já está

Pague salários através do M-Pesa, a qualquer hora, de forma fácil, rápida e segura.

Já está
Facilita a tua vida

Para mais informações contacte M-Pesa.Business@vm.co.mz



11. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020, a repartição dos activos intangíveis foi a seguinte:

	Software
CUSTO	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	339,937
Adições	134,857
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	474,794
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	474,794
Adições	60,923
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	535,717
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Software
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	109,563
Depreciação do exercício	82,115
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	191,678
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	191,678
Depreciação do exercício	133,852
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	325,530
Quantia escriturada em 1 de Janeiro de 2019	230,374
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2019	283,116
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2020	210,187

12. Propriedade e equipamento

Em 31 de Dezembro de 2020, a repartição da propriedade e equipamento foi a seguinte:

	Edifícios	Equipamentos	Mobiliário e acessórios	TOTAL
DEPRECIACÕES ACUMULADAS				
CUSTO	MZN	MZN	MZN	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	1,866	215,953	179	217,998
Adições	4,971	1,874	-	6,845
Alienações	-	(66,065)	-	(66,065)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	6,837	151,762	179	158,778
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	6,837	151,762	179	158,778
Adições	-	93,795	232	94,027
Alienações	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	6,837	245,558	411	252,805

	Edifícios	Equipamentos	Mobiliário e acessórios	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	263	50,486	38	50,787
Depreciação	1,042	39,712	-	40,754
Alienações	-	(66,065)	-	(66,065)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1,305	24,133	38	25,476
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	1,305	24,133	38	25,476
Depreciações do exercício	329	44,921	86	45,336
Alienações	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1,635	69,055	124	70,814
Quantia escriturada em 1 de Janeiro de 2019	1,603	165,466	140	167,209
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2019	5,532	127,628	140	133,300
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2020	5,202	176,502	286	181,990

13. Locações

A Empresa arrenda o edifício de escritórios e uma loja a partir da qual opera. A duração da locação é de 5 anos. Apresentam-se a seguir informações sobre as locações em que a empresa é locatária.

	MT
Edifícios 2019	
Saldo em 1 de Janeiro	5,878
Adições	48,096
Depreciação do exercício	(4,254)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	49,720
2020	
Saldo em 1 de Janeiro	49,720
Adições	-
Depreciação do exercício	(20,253)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(29,467)

	MT
Passivos de locação	
Saldo em 1 de Janeiro	5,878
Adições	48,096
Juros do exercício	4,880
Pagamentos	(11,695)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	47,159
2020	
Saldo em 1 de Janeiro	47,159
Adições	-
Juros do exercício	5,884
Pagamentos	(18,641)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	34,402

A Empresa não está exposta a qualquer exfluxo de caixa futuro relacionado a opções de extensão e rescisão não incluídas no passivo de locação. Durante o exercício corrente, não se verificaram pagamentos variáveis de locação. A Empresa não tem passivos sob garantias de valor residual e não foram impostas restrições ou acordos de locação durante o corrente ano. Não existem locações assumidas que não tenham iniciado.

O total do fluxo de caixa relativo à locações financeiras durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foi de MT 18,641 (2019: MT 11,695). O perfil de maturidade dos passivos de locação da Empresa é o seguinte:

	2019	2019
Pagamentos de locação não descontados		
< 1 Ano	16,260	10,607
1-2 Anos	17,073	14,673
2-3 Anos	2,755	15,408
3-4 Anos	-	16,177
4-5 Anos	-	4,093
	36,088	60,958
Efeito do desconto	(1,686)	(13,799)
Passivos de locação em 31 de Dezembro de 2020	34,402	47,159

	2020	209
Valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos		
2019 - Locações nos termos da NIRF 16		
Juros sobre passivos de locação	5,884	4,880
Depreciação	(19,517)	4,254

14. Recurso de clientes

	2020	2019
Cientes empresariais de grande dimensão		
Contas Correntes ("E-wallet")	98,163	91,254
Cientes e agentes móvel		
Contas Correntes ("E-wallet")	4,663,098	2,931,515
	4,761,261	3,022,769

Os depósitos devidos a clientes são compostos principalmente por depósitos de poupança e valores a pagar sob demanda. Os depósitos devidos apenas a clientes incluem instrumentos financeiros classificados como passivos ao custo amortizado.

15. Outros passivos

	2020	2019
Honorários de auditores	4,012	2,278
VM,S.A. Contas a pagar (Nota 17)	(77,427)	309,460
Segurança Social (INSS) e IRPS	7,205	12,720
Acréscimo - taxa de licença de serviço	173,488	(7,244)
Comissões de agentes	29,771	63,397
Outros	41,686	29,631
	178,735	410,242

16. Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2020, a repartição das provisões foi a seguinte:

	2020	2019
Comissões de super agentes	54,263	-
Outros	39,448	527
	93,710	527

As provisões são relacionadas com o cativo das comissões dos super agentes derivadas de transações fraudulentas.

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas da empresa são Vodafone Group Plc e Vodacom Group Limited, e a sua empresa-mãe VM, SA, incluindo acionistas minoritários, e os principais administradores, incluindo membros do conselho de administração.

	2020	2019
Outros passivos		
VM,S.A. (Nota 15)	(77,427)	309,460
	(77,427)	309,460

Os saldos pendentes são contas a pagar relativas a cobranças de tempo de antena, taxas USSD e SMS.

17.2 Transacções com partes relacionadas

	2020	2019
VM,S.A.		
Rébito	1,108,933	1,024,548
Custos directos	(1,040,163)	(816,917)
Outro rendimentos operacional	6,463	16,793
Custo do juro	-	-
	75,232	224,424

17.3 Remuneração dos administradores e do pessoal-chave de gestão

	2020	2019
Administradores		
Administradores executivos	13,152	12,831
Benefícios a curto prazo dos empregados	11,302	11,163
Benefícios a longo prazo dos empregados	1,849	1,668
Pago por:		
Vodafone M-Pesa S.A.	13,152	12,831

18. Capital social e reservas

18.1 Capital social

	2019	2018
Autorizado		
56,917,961 (2018: 56,917,961)		
acções ordinárias, valorizadas ao par, em 25 meticais por cada acção	1,422,949	1,422,949
Emitidas e totalmente realizadas (pagas):		
56,917,961 (2018: 56,917,961)		
acções ordinárias, valorizadas ao par, em 25 meticais por cada acção	1,422,949	1,422,949

De acordo com a legislação de Moçambique todas as acções têm de ser emitidas independentemente de estarem ou não totalmente realizadas.

18.2 Reserva legal

	2020	2019
Atribuição	272,873	134,319

O artigo 63 da Lei 15/99 exige que a Empresa transfira para a reserva legal um mínimo de 15% do lucro líquido anual até que o valor da reserva seja igual ao capital social da Empresa. Esta reserva não é distribuível, mas pode ser utilizada para aumento de capital ou para cobertura de perdas futuras.

18.3 Outras reservas - Juros sobre contas fiduciárias

	2020	2019
Saldo de abertura	305,010	133,471
Juros obtidos líquidos de impostos	143,347	171,539
Juros líquidos utilizados	(140,275)	-
Saldo de fecho	308,082	305,010

A Empresa criou - Outras reservas - Juros sobre contas fiduciárias, através da constituição de reservas de resultados transitados, rendimentos obtidos a partir de juros sobre contas fiduciárias, líquidos de impostos. A 'AVISO No. 6/GBM/2015, Artigo 10 - Pagamento de juros e plano de inovação e modernização' regula o uso dos juros obtidos sobre os 'Fundos Fiduciários'. Os juros são restritos e o seu uso é limitado a actividades que conduzam à modernização da tecnologia e sistemas de *Mobile Money*, bem como a programas que resultem na redução das tarifas e encargos globais para os clientes.

Outras reservas no montante MT 181 000 (2019: MT 140,275) aprovadas pelo Banco Central foram utilizadas em 31 de Dezembro de 2020 atribuídos ao aumento da capacidade do sistema G2.

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Quantias escrituradas de instrumentos financeiros

	2020	2019
As quantias escrituradas de instrumentos financeiros analisadas		
por categorias são as seguintes:	(4,761,261)	(3,022,769)
Depósitos	(178,735)	(410,769)
Outros passivos	(34,402)	(47,159)
Passivos de locação	1,926,282	1,409,337
Caixa e equivalentes de caixa	5,226,976	3,407,416
Fundos fiduciários	2,085,150	1,336,056

19.2 Gestão do risco financeiro

A Empresa possui activos e passivos financeiros que resultam directamente da sua actividade operacional. A alteração das condições de mercado expõe a Empresa a diversos riscos financeiros e demonstra a importância da gestão de risco como um elemento de controlo da Empresa. Os principais riscos financeiros enfrentados no curso normal dos negócios da Empresa são os riscos de taxa de juro e de liquidez. O risco é gerido no âmbito da política de tesouraria aprovada, sem prejuízo das limitações do mercado local em que a Empresa actua

A divisão de tesouraria da Vodacom Group Ltd, oferece um serviço centralizado para coordenar o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais e gerir os vários riscos financeiros relacionados com as operações da Empresa. As operações de tesouraria são realizadas dentro de um quadro de políticas e directrizes autorizadas e revistas pelo Conselho de Administração da Empresa.

19.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Empresa. A Empresa adopta a política de apenas lidar com contrapartes fidedignas e obter garantias suficientes, se apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por incumprimentos. A Empresa apenas transacciona com entidades que são classificadas com o equivalente a grau de investimento ou superior. Esta informação é fornecida por agências de rating independentes, quando disponíveis. Caso esta informação não esteja disponível, a Empresa utiliza outras informações financeiras disponíveis publicamente e os seus próprios registos comerciais para avaliar os seus principais clientes. A exposição da empresa e os ratings de crédito das suas contrapartes são continuamente monitorizadas e os valores agregados das transacções concluídas está dispersa pelas contrapartes aprovadas. A exposição de crédito é controlada por limites de contraparte que são revistos e aprovados pelo departamento de risco de crédito.

Os activos financeiros com potencial para sujeitar a empresa a concentrações de risco de crédito são essencialmente compostos por caixa, depósitos de curto prazo e fundos fiduciários. Os valores de caixa e equivalentes de caixa e os depósitos de curto prazo da Empresa são mantidos em instituições financeiras de elevada confiança e qualidade de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante que melhor representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito em 31 de Dezembro:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	1,926,282	1,409,337
Fundos restritos	5,226,976	3,407,416
Outros activos	214,516	107,091
Exposição máxima ao risco de crédito de contraparte	7,367,774	4,923,844

Em 31 de Dezembro de 2020, a empresa detinha caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos e comissões a receber em bancos de renome e a empresa considera que estes activos apresentam um baixo risco de crédito, uma vez que todos eles são depósitos à ordem e depósitos a curto prazo, todos com vencimento no prazo de um ano. Não foram registadas perdas esperadas de crédito de contraparte contra estes saldos, uma vez que a empresa estabeleceu salvaguardas suficientes descritas na nota 19.7 para mitigar estas perdas.

19.4 Gestão do risco de mercado

Risco cambial

A Empresa não está exposta ao risco cambial uma vez que os custos são essencialmente incorridos em meticais. Não existem activos e passivos em moeda estrangeira que possam ter um impacto sobre os resultados quando ocorrem variações nas taxas de câmbio de moeda estrangeira.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro refere-se ao risco de que o justo valor dos fluxos de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juros de mercado.

As exposições ao risco de mercado são medidas através de análises de sensibilidade que mostram como é que o resultado da Empresa seria afectado por mudanças razoavelmente possíveis nas taxas de juro na data de relato. As análises de sensibilidade são apenas para fins ilustrativos uma vez que, na prática, as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

19.5 Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo apresentada foi efectuada com base na exposição às taxas de juro para instrumentos financeiros não derivados à data de reporte. Para os passivos de taxa variável, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo apresentado na data de reporte esteve registado durante todo ano. O aumento dos pontos base apresentados é usado aquando da comunicação interna à gestão do risco na taxa de juro e corresponde à avaliação da possível variação das taxas de juro MAIBOR (Maputo Interbank Offer Rate). Um número negativo abaixo indica um aumento das perdas antes de impostos se as taxas de juro fossem os pontos de base especificados mais elevados. Se as taxas de juro fossem os pontos de base especificados mais baixos, haveria um impacto igual e oposto no prejuízo após a tributação e os saldos abaixo seriam positivos.

	2020	2019
Depósito Fixo	527,833	1,270,399
MIBOR 1 ano	19,67	19,67
Aumento de pontos de base	0,5	0,5
Impacto do aumento nos lucros ou prejuízos	2,639	6,352
Impacto do aumento no Capital Próprio	2,639	4,319

Uma redução das taxas de juro nos mesmos 0,5 pontos base terá um impacto igual mas oposto nos lucros ou prejuízos e no capital próprio.

19.6 Gestão de risco de liquidez

A Empresa está exposta ao risco de liquidez, em resultado de fluxos de caixa incertos relacionados com saldos a receber e compromissos de capital. Em termos de necessidades de financiamento, a Empresa mantém fundos adequados para honrar os seus compromissos financeiros esperados e inesperados. Em termos de risco de liquidez a longo prazo, espera-se um equilíbrio razoável entre o período em que os activos gerarão liquidez e o período em que os respectivos activos são financiados.

As tabelas seguintes detalham a maturidade contratual remanescente da Empresa para os seus activos e passivos financeiros não derivados que são todos escriturados ao custo amortizado. As tabelas foram elaboradas na data mais próxima em que a Empresa pode ser exigida a pagar e os valores divulgados representam os fluxos de caixa não descontados.

31 de Dezembro de 2020					
	Notas	Influxo / (exfluxo) nominal bruto	Menos de 1 ano	1-3 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros por tipo					
Passivos não derivados					
Recursos de clientes	14	4,761,261	4,761,261	-	-
Outros passivos		178,735	178,735	-	-
Passivos de locação		36,088	16,260	19,828	-
		4,976,084	4,956,256	19,828	-
Activos financeiros por tipo					
Activos não derivados					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1,926,282	1,926,282	-	-
Fundos restritos	9	5,226,976	5,226,976	-	-
Outros activos		214,516	214,51	-	-
		7,367,774	7,367,774	-	-
Exposição Líquida		2,391,690	2,411,518	19,828	-

31 de Dezembro de 2019					
	Notas	Influxo / (exfluxo) nominal bruto	Menos de 1 ano	1-3 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros por tipo					
Passivos não derivados					
Depósitos de clientes	14	3,022,769	3,022,769	-	-
Outros passivos		410,769	410,769	-	-
Passivos de locação		60,958	10,607	30,081	20,270
		3,494,496	3,444,145	30,080	20,270
Activos financeiros por tipo					
Activos não derivados					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1,409,337	1,409,337	-	-
Fundos restritos	9	3,407,416	3,407,416	-	-
Outros activos		107,091	107,091	-	-
		4,923,844	4,923,844	-	-
Exposição Líquida		1,429,348	1,479,699	(30,080)	(20,270)

19.7 Risco de contraparte

A Empresa gere o risco de crédito de contraparte diversificando a tesouraria detida por todas as instituições financeiras onde tem contas abertas. Isto está de acordo com os regulamentos do Banco Central que exigem que não mais de 25% dos fundos fiduciários sejam detidos por uma instituição financeira. Para além da diversificação, as instituições financeiras são classificadas de acordo com as notações de crédito emitidas

pelas agências internacionais de notação de crédito e os limites de crédito mais elevados são atribuídos a bancos com uma notação de crédito mais elevada. No caso das instituições financeiras Moçambicanas, nenhuma das dívidas que foram emitidas foi objecto de notação por uma agência internacional de notação de crédito. A Companhia também faz depósitos no Banco Central sem limites impostos ao nível desses fundos em relação à concentração. As tabelas a seguir ilustram os saldos colocados com cada Banco e o nível de concentração.

Fundos restritos

Risco de contraparte	Avaliação do risco de crédito do acionista maioritário	Limite Banco Central	Montante	Concentração do risco
Banco A	BBB-	25%	1,446,210	24%
Banco B	BBB+	25%	1,444,161	24%
Banco C	BBB-	25%	729,275	12%
Banco D	BBB-	25%	740,632	12%
Banco E	BBB-	25%	701,116	11%
Banco F	BBB-	25%	467,516	8%
Banco G	CCC+	25%	522,707	8%

Caixa & equivalentes de caixa

Risco de contraparte	Avaliação do risco de crédito do acionista maioritário	Limite CPR	Montante	Concentração do risco
Banco A	BBB-	730,000	365,000	20%
Banco B	BBB+	730,000	460,000	24%
Banco C	BBB-	730,000	503,000	28%
Banco D	BBB-	274,000	66,000	4%
Banco E	BBB-	274,000	69,000	4%
Banco F	BBB-	274,000	117,000	7%
Banco G	BBB-	274,000	122,000	7%
Banco H	BBB-	274,000	51,000	3%
Others	-	-	119,000	7%

19.8 Racio de Solvabilidade

Os objectivos da Empresa ao gerir o capital, que é um conceito mais amplo do que o "capital próprio" na face da demonstração da posição financeira, são:

- Cumprir com os requisitos de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, que é o órgão regulador das instituições financeiras em que a Empresa se insere;
- Salvaguardar a capacidade da Empresa de continuar as operações para proporcionar retornos aos accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e
- Manter uma forte base de capital para apoiar o desenvolvimento de seus negócios.

A adequação do capital e o uso do capital regulatório são monitorados regularmente pela Administração da Empresa, utilizando técnicas baseadas nas directrizes estabelecidas pelo Banco de Moçambique para fins de supervisão. As informações necessárias são reportadas ao Banco de Moçambique numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada instituição financeira mantenha uma relação entre o total do capital regulatório e o activo ponderado pelo risco (o "índice de adequação de capital") igual ou superior ao mínimo de 8%.

O capital regulatório da Empresa é calculado de acordo com os regulamentos aplicáveis, Avisos Nr.s11/GBM/2013 a 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique, e está dividido em dois níveis:

Capital de nível 1: capital social (líquido do valor contabilístico das acções em tesouraria), interesses minoritários resultantes da consolidação de participações no capital próprio permanente, resultados transitados e reservas criadas por apropriações de resultados transitados. O valor contabilístico do goodwill, quando aplicável, é deduzido para se chegar ao capital de nível 1; e

Capital de nível 2: empréstimos subordinados qualificados, provisões para imparidade colectiva e ganhos não realizados resultantes da avaliação justa de instrumentos financeiros ao justo valor através de Outro Rendimento Integral.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma hierarquia de cinco pesos de risco classificados de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de risco de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo e contraparte, levando em consideração quaisquer garantias ou garantias

elegíveis. Um tratamento similar é adoptado para exposições não reconhecidas na demonstração da posição financeira, com alguns ajustes para reflectir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

A tabela seguinte resume a composição do capital regulamentar e os rácios da instituição para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Acções ordinárias	1,422,949	1,422,949
Resultados transitados	(756,626)	(756,626)
Capital de nível 1	666,323	666,323
Elementos a deduzir	(247,503)	(283,166)
Total do capital regulatório	418,820	383,157
Risco de contraparte	1,337,148	864,587
Risco operacional	430,298	291,247
Total do activo ponderado por risco	1,767,446	1,155,834
R rácios de capital	24%	33%

Em 31 de Dezembro de 2020, o rácio de adequação de capital da Empresa situou-se acima do requisito mínimo regulamentar de 8%. Em 31 de Dezembro de 2020, o Banco Central não havia aprovado nosso pedido para incluir os lucros do exercício findo à 31 de Dezembro de 2019 em nosso cálculo de rácios de solvabilidade. A empresa tem um índice de solvência de 57% quando levamos em consideração os resultados de 31 de Dezembro de 2019 que aguardam aprovação.

19.9 Justo valor dos instrumentos financeiros não detidos ao justo valor

Não existem activos financeiros e passivos financeiros que sejam mensurados ao justo valor. A quantia escriturada dos activos e passivos financeiros aproxima-se dos seus justos valores devido ao curto prazo até à maturidade de todos os instrumentos financeiros.

Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira e até à data em que o conjunto de demonstrações financeiras foi aprovado para emissão, não houve eventos materiais que tenham ocorrido após a data da demonstração da posição financeira que necessitem de ajustamento nas demonstrações financeiras.



TXUUUNA
no M-Pesa e já está.

Paga fácil e já está

Sem
taxas

Na hora das compras escolhe um Comerciante com Paga Fácil, o serviço de pagamento ao comerciante, agora sem taxas.

Disponível
na App



Meu M-Pesa



Digita *150#, escolhe a opção 6. Pagamentos,
1. Comerciante Paga Fácil, Digita o código
de comerciante, Digita o valor, depois o PIN e já está.

Já está
Facilita a tua vida



Termos e condições aplicáveis

Para mais informações, contacta a linha do Cliente 84111 ou através da nossa página no  M-Pesa Moçambique ou ainda pelo  na nossa página www.vm.co.mz



m-pesa